



12339152



08027.000672/2020-81



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1896/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 19 de agosto de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 745/2020, de autoria do Deputado Federal Márcio Jerry - PCdoB/MA.

Referência: Ofício 1aSec/RI/E/nº 1326

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 745/2020, de autoria do Deputado Federal Márcio Jerry (PCdoB/MA), para encaminhar a Vossa Excelência informações *"acerca do recebimento de vídeos sobre a situação de hospitais públicos e de campanha"*, nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXOS

1. OFÍCIO Nº 765/2020/SEAPRO/GAB/PF (12242111);
2. Despacho SIC/DOV/GAB/PF 15485673 (12242006).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000672/2020-81

SEI nº 12339152

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

OFÍCIO Nº 765/2020/SEAPRO/GAB/PF

Brasília, 27 de julho de 2020.

Ao Senhor
LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 745/2020, de autoria do Deputado Federal Márcio Jerry - PCdoB/MA.**

Referência: Ofício nº 1686/2020/AFEPAR/MJ

Senhor Chefe,

Em atenção ao documento em referência, encaminho o Despacho SIC/DOV/GAB/PF 15485673, aprovado pelo Diretor-Geral, contendo as informações quanto ao assunto em comento.

Atenciosamente,

MILTON RODRIGUES NEVES

Delegado de Polícia Federal
Chefe de Gabinete da Direção-Geral



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RODRIGUES NEVES, Chefe de Gabinete**, em 27/07/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15492633** e o código CRC **ADCC4E23**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/DOV/GAB/PF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 745/2020.**

Destino: **Gabinete da Polícia Federal (GAB/PF).**

Processo: **08027.000672/2020-81**

Interessado: **Deputado Federal MÁRCIO JERRY - PCdoB/MA. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).**

1. Trata-se do Ofício nº 1686/2020/AFEPAR/MJ, de 13/07/2020 (5 de 15342169), que encaminha a esta Polícia Federal (PF) para manifestação, **até o dia 27/07/2020 (segunda-feira)**, o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 745/2020, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), de autoria do Deputado Federal MÁRCIO JERRY - PCdoB/MA, apresentado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

2. Consultadas a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR/PF) e a Corregedoria-Geral de Polícia Federal (COGER/PF), foram apresentadas as respostas seguintes aos questionamentos formulados: DICOR/PF (15378273, 15404011, 15408817) e COGER/PF (15404995, 15415766)

3. Seguem os questionamentos do RIC e as respostas respectivas:

1) Quantos e quais os hospitais públicos e de campanha no país que tiveram seu interior filmados e tiveram vídeos enviados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal, após recomendação do presidente Jair Bolsonaro aos seus seguidores, na Live realizada no dia 11 de junho?

Resposta: O órgão central competente, a divisão de Repressão a Crimes Fazendários - DFAZ/CGPFAZ/DICOR/PF, efetuou buscas em seus sistemas e bases de dados disponíveis e não encontrou qualquer registro de procedimento com descrição/resumo correlacionado aos questionamentos, ou seja, não há registros de formalização das referidas invasões a hospitais públicos e de de campanha por seguidores do presidente Jair Bolsonaro, para fins de instauração de inquéritos policiais.

Após consulta às Delegacias especializadas em todo o país, ressalvada nova informação, até o presente momento restaram prejudicados os questionamentos em comento, uma vez que não aportaram nas Unidades de Polícia Fazendária os casos reportados neste processo.

2) Quais as iniciativas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Federal para verificar a procedência, a autenticidade e veracidade das imagens contidas nos vídeos e que medidas serão tomadas em cada um dos casos? □

Resposta: Os procedimentos de registros e análises das notícias de crime dirigidas ao Órgão Central estão definidos no artigo 5º da Instrução Normativa n.º 108/2016 - DG/PF:

Art. 5º As comunicações de crime dirigidas às unidades centrais, depois de protocoladas, serão encaminhadas à Corregedoria-Geral de Polícia Federal,

para análise e remessa à unidade competente.

Parágrafo único. A análise se restringirá à verificação da competência da Polícia Federal, da verossimilhança dos fatos alegados e da tipicidade da conduta.

O Órgão Central da Polícia Federal adota uma postura bastante restritiva no tocante às comunicações de crime encaminhadas para COGER/PF, haja vista que as investigações, em regra, são conduzidas pelas unidades regionais. Nas unidades regionais, por sua vez, compete às respectivas Corregedorias analisarem o caso, conforme se depreende do artigo 6º da Instrução Normativa n.º 108/2016 - DG/PF:

Art. 6º Nas Superintendências Regionais, as comunicações de crime serão remetidas à Corregedoria Regional para registro, análise e manifestação.

Feita a análise e distribuição da notícia de crime, o inquérito policial será instaurado com vistas à apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infração penal, competindo, exclusivamente, ao Delegado de Polícia Federal conduzir o procedimento e determinar as respectivas diligências instrutórias.

Assim, as iniciativas adotadas pela Polícia Federal circunscrevem-se às análises das notícias de crime, e, havendo justa causa, são determinadas a distribuição e instauração dos respectivos inquéritos policiais para apuração dos fatos penalmente relevantes, nos termos da Instrução Normativa n.º 108/2016 - DG/PF e do Código de Processo Penal.

3) Quais os dispositivos legais que serão usados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pela Polícia Federal em cada um dos casos para solicitar responsabilização de autoridades no âmbito de cada um dos hospitais públicos e campanha filmados pelos seguidores do presidente Jair Bolsonaro?

Resposta: Por não haver uma uniformidade, as medidas adotadas em cada caso e a tipificação penal dependem do convencimento técnico-jurídico do Delegado de Polícia Federal.

A delimitação das *medidas adotadas nas investigações* e a definição da *imputação dos dispositivos legais* são de atribuição exclusiva do Delegado de Polícia Federal, cujas respostas somente são conhecidas no curso do inquérito policial, amparadas no convencimento técnico-jurídico da autoridade policial.

Assim, não há a possibilidade de se falar, *in abstracto*, acerca de possíveis enquadramentos legais às hipóteses genericamente aventadas no requerimento em tela. A ação investigativa advém, naturalmente, de eventual comunicação de cometimento, ao menos em tese, de fato típico descrito em lei penal, o que somente pode ser avaliado no caso concreto apresentado à autoridade policial.

4. À consideração do Senhor Diretor-Geral (GAB/PF), com sugestão de remessa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), das respostas constantes do item 3 deste despacho, no prazo assinalado, ou seja, até o dia 27/07/2020 (segunda-feira).

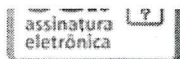
EDUARDO ADOLFO DO CARMO ASSIS

Delegado de Polícia Federal - 9388

Chefe substituto da DOV/GAB/PF



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO ADOLFO DO CARMO ASSIS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 27/07/2020, às 11:46,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15485673** e o código CRC **1CCEE426**.
